



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

JOSÉ ALEX BATISTA CRAVEIRO

**ARQUIVO DA PROCURADORIA CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVA DO
PARÁ 1:** relato de experiência na Procuradoria-Geral do Estado do Pará

BELÉM/PA
2026

JOSÉ ALEX BATISTA CRAVEIRO

**ARQUIVO DA PROCURADORIA CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVA DO
PARÁ 1: relato de experiência na Procuradoria-Geral do Estado do Pará**

Trabalho de Curso, apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará.

Orientador(a): Profa. Dra. Wendia Oliveira de Andrade

BELÉM/PA
2026

C898a

Craveiro, José.

Arquivo da procuradoria cível, trabalhista e administrativa do Pará: relato de experiência na Procuradoria-Geral do Estado do Pará / José Craveiro. — 2026.

54 p.: il.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Wendia Oliveira de Andrade.

Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, Belém, 2026.

1. Processo de indexação. 2. Recuperação da informação. 3. Documentação jurídica.
I. Andrade, Wendia, *orient.* II. Título.

CDD 020

JOSÉ ALEX BATISTA CRAVEIRO

**ARQUIVO DA PROCURADORIA CÍVEL, TRABALHISTA E ADMINISTRATIVA DO
PARÁ 1: relato de experiência na Procuradoria-Geral do Estado do Pará**

Trabalho de Curso, apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará.

Data da Aprovação: ____ / ____ / 2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Wendia Oliveira de Andrade (Orientadora)
Doutorado em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dr. Lucivaldo Vasconcelos de Barros (Membro interno)
Doutorado em Desenvolvimento Sustentável
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido (Membro externo)
Doutorado em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Dedico este trabalho a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo desta jornada. À memória da minha mãe, cuja presença e ensinamentos permanecem vivos em meu coração. Ao meu irmão, pelo apoio e incentivo constantes. E aos meus queridos gatos, Nego e Bartolomeu, pela companhia e pelos momentos de tranquilidade que tornaram esta caminhada mais leve.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para enfrentar os desafios e tornar possível a conclusão desta etapa da minha vida.

À memória da minha mãe, que permanece viva em meu coração e continua sendo fonte de inspiração em minha caminhada.

Ao meu irmão e à minha avó, agradeço pelo amor, incentivo, compreensão e apoio incondicional ao longo dessa trajetória.

Aos meus queridos gatos, Nego e Bartolomeu, pela companhia e pelos momentos de tranquilidade que tornaram essa jornada mais leve.

À minha orientadora, expresso minha sincera gratidão pela dedicação, paciência, orientação e pelos valiosos ensinamentos que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos Professores Membros da Banca Examinadora, por disporem de tempo e dedicação na leitura e contribuições para a melhoria desse trabalho.

Agradeço também aos servidores do arquivo PCTA-1 da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA) e aos meus colegas de estágio, pela convivência, acolhimento e pelos conhecimentos compartilhados.

Estendo minha gratidão aos professores da Faculdade, que contribuíram significativamente para minha formação acadêmica, e aos meus colegas de curso, pela amizade, parceria e troca de experiências durante essa caminhada. Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa se propôs a analisar se e como o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa (PCTA-1) pode contribuir para o aprimoramento das práticas de indexação e recuperação da informação no contexto institucional da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA). Para isso, busca descrever o processo de indexação adotado no Arquivo PCTA-1, elencar os principais descritores no processo de indexação e identificar os principais desafios enfrentados. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental de campo e relato de experiência. Utilizando como instrumentos a observação participante, a análise documental e o Sistema de Recuperação da Informação (SRI). A experiência permitiu observar aspectos relacionados à organização, à representação e à recuperação da documentação jurídica, bem como às tipologias documentais presentes no Arquivo. Entre os principais pontos de acesso identificados, destacam-se o número do processo e o nome das partes, além de informações complementares relacionadas à documentação. Os resultados evidenciaram desafios associados às variações na forma de registro dos dados, à ausência de padronização terminológica e às inconsistências identificadas no SRI, que podem dificultar a recuperação da informação. Nesse contexto, a adoção de critérios de padronização dos descritores e a revisão das informações registradas podem contribuir para o aprimoramento da indexação e para uma recuperação da informação mais adequada às demandas institucionais. Como possibilidade para estudos futuros, sugere-se ampliar a análise para os demais Arquivos da PGE-PA.

Palavras-chave: processo de indexação; recuperação da informação; documentação jurídica; representação da informação; arquivo PCTA-1.

ABSTRACT

This study set out to analyze whether and how the process of indexing legal documents in the Civil, Labor, and Administrative Attorney's Office Archive (PCTA-1) can contribute to improving indexing and information retrieval practices within the institutional context of the Pará State Attorney General's Office (PGE-PA). To this end, it seeks to describe the indexing process adopted at the PCTA-1 Archive, list the main descriptors used in the indexing process, and identify the main challenges faced. This research is characterized as applied, with a qualitative approach, conducted through bibliographic research, field documentation, and an experience report. The methods employed include participant observation, document analysis, and the Information Retrieval System (SRI). The study allowed for the observation of aspects related to the organization, representation, and retrieval of legal documentation, as well as the types of documents present in the Archive. Among the main access points identified are the case number and the names of the parties, in addition to supplementary information related to the documentation. The results highlighted challenges associated with variations in data recording formats, the lack of standardized terminology, and inconsistencies identified in the SRI, which can hinder information retrieval. In this context, the adoption of standardization criteria for descriptors and the review of recorded information can contribute to improving indexing and to information retrieval that is better suited to institutional needs. As a possibility for future studies, it is suggested that the analysis be expanded to include the other archives of the PGE-PA.

Keywords: indexing process; information retrieval; legal documentation; information representation; PCTA-1 Archive.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo representativo do SRI, com destaque para os descritores número do processo e nomes das partes.....	35
Figura 2 – Capa de processo digitalizado no SRI da PGE-PA.....	37

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização metodológica da pesquisa.....	26
Quadro 2 – Categorias de análise do processo de indexação no Arquivo PCTA-1.....	28
Quadro 3 – Tipologias documentais identificadas no contexto do Arquivo PCTA-1.....	41
Quadro 4 – Síntese dos resultados da análise do processo de indexação no Arquivo PCTA-1.....	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1	Arquivo e documento jurídico.....	15
2.2	Indexação no âmbito jurídico.....	18
3	METODOLOGIA	23
3.1	Tipo de pesquisa.....	25
3.2	Local da experiência.....	27
3.3	Métodos e técnicas	27
3.4	Participação nas atividades.....	29
3.5	Aspectos éticos.....	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
4.1	<i>Locus da Pesquisa</i>.....	30
4.1.1	Competências da PCTA-1.....	32
4.1.2	Indexação no Arquivo PCTA-1.....	33
4.1.3	Descritores.....	35
4.2	Caracterização dos documentos analisados no contexto do Arquivo PCTA-1.....	39
4.3	Limitações da pesquisa	42
4.4	Desafios e oportunidades da indexação.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

A crescente produção de documentos no âmbito das instituições públicas, em especial na área jurídica, reforça a necessidade da adoção de práticas que possibilitem uma organização adequada do acervo documental que compõe seus arquivos e, assim, facilitar sua posterior localização conforme as necessidades de seus usuários. Nesse contexto, a forma como as informações são organizadas e representadas por essas instituições acaba se caracterizando como um aspecto relevante para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e, consequentemente, para o atendimento de suas demandas informacionais.

Diante disso, as instituições que atuam na esfera jurídica, a produção documental está diretamente relacionada a atividades que envolvem processos, pareceres, manifestações, bem como outros documentos que fazem parte da rotina administrativa e jurídica. Em virtude disso, características relacionadas à organização, à representação dos documentos e às formas de recuperação da informação podem contribuir para a compreensão de como essas informações são disponibilizadas aos usuários e utilizadas para dar suporte às atividades desenvolvidas por essas instituições.

A informação ocupa um lugar de destaque nas atividades desenvolvidas pelas instituições, especialmente no que se refere à organização, à representação e à recuperação dos documentos produzidos em diferentes contextos institucionais. Nesse sentido, a compreensão dessas práticas associa-se ao campo da Ciência da Informação, que engloba fundamentos voltados à organização, à representação e à recuperação da informação, os quais podem ser aplicados em diferentes contextos institucionais.

Nesse campo do conhecimento, destacam-se áreas como Biblioteconomia e Arquivologia (Araújo, 2010). Nesse contexto, a informação relaciona-se aos processos de organização, representação e disponibilização dos documentos produzidos pelas instituições para consulta. Dessa forma, a documentação jurídica possui relevância para a garantia do direito à informação, ao organizar documentos que podem subsidiar pesquisas e contribuir para o acesso e a recuperação das informações necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais (Barros, 2017).

A partir desse entendimento, é importante destacar de maneira sucinta que a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) acaba por reforçar esse panorama, ao definir que qualquer pessoa tem o direito de exigir e ter à sua disposição informações de interesse particular ou coletivo, que sejam produzidas ou que estejam sob a tutela do Estado. Sob essa perspectiva, Jardim (2013, p. 401) afirma que “a Lei de Acesso à Informação é um convite à construção de zonas inéditas de transparência informacional”.

Com base nesse entendimento, a pesquisa aborda o processo de indexação da documentação jurídica do Arquivo da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa do Pará (PCTA-1) da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA), buscando compreender se e como esse processo pode contribuir para o aprimoramento das práticas de indexação e recuperação da informação no contexto institucional da PGE-PA. Nesse sentido, considera-se a relevância do tratamento informacional para a organização, o acesso e a recuperação da documentação jurídica no ambiente institucional

De acordo com Silva, Corrêa e Fujita (2024), a informação desempenha um papel fundamental na sociedade moderna, sobretudo no ambiente digital, o que reforça a importância do tratamento adequado da informação para garantir o acesso e a disseminação eficiente no ambiente organizacional. Nesse contexto, a indexação relaciona-se à organização, ao controle e ao acesso à informação jurídica, evidenciando sua relevância para o desenvolvimento das atividades institucionais.

Embora a indexação seja relevante para a organização e para a recuperação da informação jurídica, mostra-se pertinente ampliar as discussões sobre a sua aplicação prática em arquivos especializados da administração pública, sobretudo no tratamento desse tipo específico de documentação. É nesse contexto que se insere a pesquisa, ao apresentar as práticas desenvolvidas no Arquivo da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa do Pará (PCTA-1) para a indexação da documentação jurídica.

Nesse sentido, o trabalho aborda as práticas e desafios relacionados ao tratamento de documentos técnico-jurídicos de natureza Cível, Trabalhista e Administrativa, cuja complexidade requer atenção redobrada no tocante à representação temática e um olhar cuidadoso na padronização de descritores, de modo a evitar ruídos no momento de localizar a informação desejada.

Dessa maneira, a indexação se destaca como uma peça importante para o desempenho dos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) e para a organização documental do Arquivo, promovendo a articulação entre a Arquivologia e a Biblioteconomia e podendo contribuir para a qualidade da recuperação da informação no contexto institucional.

“A indexação é um processo voltado especialmente para facilitar o acesso do usuário à informação diante do SRI [...] tendo em vista facilitar a escolha dos termos a serem recuperados, tanto pelos servidores, quanto pelos usuários” (Andrade, 2010, p. 17). Durante as atividades, observou-se que a insuficiência de padronização na indexação poderia prejudicar a recuperação da informação e, conseqüentemente, tornar as buscas mais demoradas e imprecisas. Diante disso, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), criada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), apresenta orientações para a padronização e organização das informações nos arquivos das instituições, contribuindo para a descrição e a localização dos documentos (Brasil, 2006).

Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (2006), a NOBRADE busca organizar as informações dos arquivos de forma padronizada, mas permite que cada instituição escolha como vai aplicar essa padronização, desde que mantenha os elementos essenciais na descrição dos documentos.

Além da padronização orientada pela NOBRADE, a preservação documental integra o conjunto de práticas arquivísticas relacionadas à organização documental, visando à manutenção da integridade, da autenticidade e da disponibilidade dos documentos ao longo do tempo (Baggio; Flores, 2012). No que diz respeito ao Arquivo PCTA-1, tais práticas fazem parte das atividades de organização documental. Nessa perspectiva, a pesquisa tem como foco o processo de indexação da documentação jurídica e sua relação com a recuperação da informação.

Nesse cenário do Arquivo da PCTA-1, que reúne documentação jurídica de natureza Cível, Trabalhista e Administrativa, destaca-se o papel das linguagens documentárias, entendidas como sistemas organizados de termos que possibilitam a representação e a recuperação da informação jurídica de forma padronizada. Para Silva, Corrêa e Fujita (2024), a indexação exerce função essencial nesse processo, pois permite identificar, tratar e disponibilizar informações de maneira estruturada,

contribuindo diretamente para a eficiência na recuperação de conteúdos relevantes e alinhados às necessidades dos usuários.

No âmbito jurídico, seu uso pode contribuir para a padronização de descritores e para a precisão e eficiência na recuperação da informação, contribuindo para a integração entre Arquivologia e Biblioteconomia e para o acesso à informação no contexto institucional (Silva; Correa; Fujita, 2024).

A partir dessa perspectiva, a experiência adquirida em estágio remunerado não obrigatório possibilitou a aplicação, na prática, do conhecimento teórico a respeito de métodos como análise de assunto e linguagens de indexação, contribuindo para a seleção de descritores adequados e, ao mesmo tempo, refletir sobre a precisão na recuperação da informação. Tal experiência permitiu compreender na prática, a relação entre o tratamento da informação e a recuperação da informação no contexto institucional.

Nesse sentido, a pesquisa se orienta pela seguinte questão: Se e como o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1 pode contribuir para o aprimoramento das práticas de indexação e recuperação da informação no contexto institucional da PGE-PA?

A partir dessa questão, a presente pesquisa tem como objetivo geral: Analisar se e como o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1 pode contribuir para o aprimoramento das práticas de indexação e recuperação da informação no contexto institucional da PGE-PA. Para atingir esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Descrever o processo de indexação adotado no Arquivo PCTA-1;
- Elencar os principais descritores no processo de indexação dos documentos do Arquivo PCTA-1;
- Identificar os principais desafios enfrentados durante o processo de indexação.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa desenvolve-se por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, considerando a experiência vivenciada no Arquivo PCTA-1 como parte da realidade em questão analisada. Dessa forma, a pesquisa aborda a prática de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1 da PGE-PA, considerando sua relação com a recuperação da informação e os desafios identificados no desenvolvimento dessa atividade.

A seguir, apresenta-se a estrutura das demais seções deste trabalho. A segunda seção apresenta a fundamentação teórica. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção apresenta os resultados e a discussão da pesquisa. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica apresenta referências que auxiliam na compreensão do processo de indexação da documentação jurídica do Arquivo PCTA-1 da PGE-PA, no que diz respeito à organização, ao tratamento e à recuperação da informação jurídica no ambiente institucional.

A seção está organizada em duas subseções que dialogam com os objetivos do trabalho e auxiliam na compreensão do objeto de pesquisa. A primeira aborda o Arquivo e o Documento Jurídico, ressaltando seu papel na administração pública, no apoio às práticas jurídicas e na preservação da memória institucional. A segunda discute a Indexação no Âmbito Jurídico, levando em consideração suas particularidades, desafios e sua relação com o acesso à informação.

2.1 Arquivo e documento jurídico

Paes (2004) descreve que o conceito de arquivo também pode se referir à instituição que mantém os documentos e ao próprio documento, enquanto unidade. De modo geral, o arquivo pode ser compreendido como um conjunto organizado de documentos produzidos e acumulados por uma instituição ao longo do desenvolvimento de suas atividades (Paes, 2004).

Reforçando esse entendimento, Andrade (2010, p. 22) aduz: “entende-se por arquivo todo e quaisquer documentos, independentemente de seu suporte, seja impresso, digital ou em outras mídias, que tragam alguma informação relevante [...]”. Em vista disso, esses documentos precisam ser preservados devido à sua relevância em questões de cunho administrativo, jurídico e histórico, reforçando a relação entre Arquivo e desempenho institucional, e não somente como um espaço de armazenamento de documentos.

Para Bellotto (1991, p. 15)

Os documentos de um arquivo são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por razões funcionais administrativas e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa.

As perspectivas apresentadas permitem compreender o arquivo não só como um espaço de guarda, mas como um conjunto documental que se relaciona com as atividades e funções desenvolvidas pelas instituições. No que se refere à administração pública, os arquivos fazem parte do cotidiano das instituições públicas, sejam elas municipais, estaduais ou federais, e desempenham um papel relevante no acesso à informação, sobretudo no atendimento das demandas informacionais relacionadas às atividades institucionais (Paes, 2004).

Na área jurídica, os arquivos relacionam-se ao acesso à informação e à proteção de direitos, uma vez que os documentos registram atos, decisões e procedimentos que podem gerar efeitos legais. Portanto, os arquivos jurídicos prestam apoio às atividades administrativas e jurídicas, sobretudo, no acompanhamento processual e na elaboração de manifestações e pareceres (Andrade, 2010).

A organização dos Arquivos pode ser entendida a partir do ciclo de vida dos documentos, que leva em consideração o percurso do documento desde a sua produção até o seu destino final. Conforme Paes (2004), ao longo desse ciclo os documentos transitam pelas fases Corrente, Intermediária e Permanente, e se caracterizam da seguinte maneira:

- Os arquivos correntes, reúnem documentos que são constantemente consultados durante às atividades;
- Os arquivos intermediários, que reúnem documentos que não necessitam ser consultados com frequência, todavia, precisam ser mantidos por determinações legais ou administrativas;
- E por fim, os arquivos permanentes, que assegurem à preservação de documentos com valor histórico, institucional ou informativo.

Essa estrutura possibilita o entendimento da dinâmica dos arquivos, ou seja, de como eles operam no dia a dia das instituições, destacando a relevância da adoção

de práticas eficientes de organização, as quais podem influenciar diretamente na recuperação da informação, mas também na guarda e gestão documental.

O documento jurídico pode ser analisado como, aquele que é elaborado ou recebido ao longo de atividades legais e administrativas, dispondo de valor jurídico e probatório, valor esse, ligado à garantia de direitos, à comprovação de atos administrativos e, sobretudo, à segurança jurídica das instituições e dos cidadãos (Souza, 2013). Essa compreensão dialoga com Andrade (2010), ao ressaltar que os arquivos jurídicos, ao concentrarem uma diversidade de documentos que evidenciam atos e decisões institucionais, servem também como base de apoio às atividades administrativas e jurídicas, bem como para garantir e fortalecer a preservação da memória institucional.

Além disso, dentre os documentos jurídicos que são costumeiramente consultados nos arquivos institucionais estão as leis, decretos, portarias, processos administrativos e judiciais, sentenças, pareceres jurídicos e contratos, além de outros atos administrativos. Na visão de Dias (1982), esse acervo documental alinha-se de maneira estrita às diretrizes e deliberações institucionais, configurando-se como referência na condução de análises processuais e, principalmente, na tomada de decisões na esfera jurídica.

Sob essa perspectiva, a efetividade da documentação jurídica está condicionada ao acesso à informação, ou seja, para que se realize uma busca eficiente, é fundamental a realização de uma organização documental adequada, que seja capaz de repercutir positivamente na representação desses documentos em um SRI. Essa análise relaciona-se com a reflexão de Dias (1982), ao discorrer sobre a variedade dos documentos jurídicos, evidenciando a importância da adoção de procedimentos organizacionais que facilitem o acesso à informação no âmbito institucional. Reforçando essa compreensão, Passos e Barros (1994) destacam que esses documentos dispõem de informações que são consultadas diariamente nas instituições públicas, onde servem de base para análises, decisões e, entre outras atribuições ligadas às atividades na esfera jurídica.

Com base nisso, recomendações como NOBRADE podem potencializar o processo de organização, proporcionando uma busca mais acessível e ágil da informação e, auxiliando na identificação e tipificação dos documentos nos arquivos institucionais (Brasil, 2006).

Uma organização de documentos planejada e executada de maneira correta, pode potencializar significativamente a evolução das atividades desempenhadas nos Arquivos institucionais. Essa organização documental pode incluir, entre outros procedimentos, como a indexação e a representação temática da informação, sobretudo, ao considerar que informações bem estruturadas podem facilitar a busca pela informação desejada, otimizar as atividades desempenhadas no Arquivo e, portanto, podem proporcionar uma tomada de decisões mais eficiente.

No campo jurídico, essas ações diárias podem proporcionar maior confiabilidade no uso da informação, além de possibilitar suporte adequado aos processos administrativos e judiciais. Sendo assim, a maneira como os documentos jurídicos são estruturados pode impactar diretamente no tempo e na forma de como proceder no momento de localizar a informação pretendida.

Em vista disso, a adoção de técnicas como a indexação pode otimizar o processo de recuperação da informação, tornando-o mais eficiente e preciso, portanto, contribuindo para o aperfeiçoamento das atividades institucionais e ampliando o direito de acesso da sociedade à informação. Silva e Fujita (2004, p. 138) corroboram esse entendimento ao ressaltar que “A indexação em análise documentária [...] é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca.”

Diante disso, é necessário levar em consideração fatores como a variedade e a massa documental jurídica que integram os arquivos institucionais, assim como, viabilizar o acesso à informação, ou seja, tornar o processo de busca mais eficiente, organizado e acessível ao usuário da informação. Assim, mostra-se relevante despertar reflexões a respeito de práticas de organização que venham otimizar sua recuperação. Partindo dessa análise, a subseção seguinte discorre sobre a indexação no âmbito jurídico.

2.2 Indexação no âmbito jurídico

Ampliando a discussão a respeito das práticas de organização documental que foram apresentadas anteriormente, destaca-se que a indexação pode ser assimilada como um recurso que pode ser relacionado à organização, bem como à recuperação

da informação jurídica, seja em Arquivos físicos ou em Sistemas de Recuperação da Informação (SRI).

A indexação pode se configurar como uma etapa direcionada ao tratamento técnico da informação, com o intuito de apresentar de forma clara como o conteúdo de um determinado documento pode ser representado, independentemente do suporte, seja físico, eletrônico ou digital (Guim; Fujita, 2015). Dessa forma, pode-se proporcionar uma organização da informação mais eficiente, que contribua para reduzir ruídos na sua localização e possibilite seu uso por diferentes perfis de usuários.

Nesse sentido, a seleção dos termos aplicados no momento da indexação pode acabar afetando de forma direta a maneira como os documentos serão recuperados. Quando os termos que são selecionados pelo indexador, conseqüentemente, obtém-se uma representação da informação adequada no que diz respeito ao conteúdo do documento, o que, por sua vez, tende a facilitar a localização da informação pretendida (Silva; Fujita, 2004).

No entanto, quando a representação temática da informação não é elaborada de forma apropriada, podem acabar ocorrendo falhas no momento da recuperação da informação, podendo refletir no desenvolvimento das atividades jurídicas e administrativas. Dessa maneira, podem ocorrer atrasos tanto no Arquivo quanto no setor ao qual ele é subordinado e, também, impactar na tomada de decisões.

Do ponto de vista prático, a atividade de indexação abrange a leitura, a análise de documentos, bem como a seleção de termos que retratam de forma eficaz os principais assuntos abordados no documento (Silva; Fujita, 2004). Esse procedimento pode ser associado diretamente às práticas de organização do conhecimento, que visam sistematizar os principais assuntos que tratam um determinado documento, de modo que favoreça a busca pela informação em SRI e em bases de dados documentais.

A partir dessa ótica, a indexação possui aspectos e especificidades que podem ser relacionados à linguagem característica da esfera jurídica. Silva, Corrêa e Fujita (2024) evidenciam que os documentos jurídicos fazem uso de um vocabulário próprio e adotam expressões que são particulares do campo do direito, podendo ainda conter em sua estrutura linguística, uma variedade de termos que são empregados em assuntos que apresentem alguma semelhança.

Todavia, tais particularidades podem gerar empecilhos na recuperação da informação, sobretudo quando as informações não estão devidamente organizadas. Essa problemática relaciona-se com Miranda e Santos (2018), ao salientarem a respeito da necessidade de um olhar cuidadoso sobre a terminologia jurídica no contexto do tratamento da informação.

Para além das particularidades que são próprias da linguagem jurídica, o processo de indexação pode demonstrar-se desafiador por exigir do profissional que desempenha essa atividade que saiba interpretar o conteúdo existente nos documentos e, principalmente, selecionar termos que possam representar determinado documento de forma apropriada.

Tendo em vista que, em alguns casos, podem acabar surgindo incertezas, como quando um determinado assunto acaba sendo descrito de formas distintas, o que pode impactar diretamente no momento da indexação, especialmente pelo surgimento de dúvidas durante sua realização. Além disso, há a atualização de termos que são utilizados no âmbito jurídico, sobretudo em situações que envolvem alterações na legislação ou até mesmo nas práticas institucionais.

Diante de tal contexto, os profissionais que são encarregados pela indexação, geralmente tendem a explorar maneiras que possibilitem uma padronização mais eficiente dos termos e, conseqüentemente, contribuam para tornar mais compreensível a forma como os documentos são organizados nos Arquivos.

O processo de leitura ao qual o documento é submetido, assim como sua descrição e classificação, pode ter impacto direto na organização e na recuperação da informação, considerando que os termos selecionados representam tematicamente o documento e podem exercer influência direta sobre a eficiência de sua recuperação (Ortega, 2016).

Essa análise dialoga com a visão de Cândido, Barros e Redigolo (2017), ao destacarem que a indexação desempenha um papel fundamental na organização adequada dos documentos, tornando o processo de recuperação da informação pelos usuários mais acessível. A partir dessa perspectiva, Guim e Fujita (2015) ratificam que a seleção apropriada dos termos que irão representar determinado documento, principalmente em áreas consideradas especializadas, como é o caso da jurídica, que faz uso de terminologia específica.

A leitura documentária se configura como um componente determinante no processo de indexação, pois facilita o entendimento do conteúdo contido no documento e, também, possibilita a identificação de conceitos relevantes. Nesse sentido, Sousa e Fujita (2014, p. 29) entendem a leitura documentária como “[...] um tipo de leitura racional, que envolve técnica de compreensão sobre o conteúdo do documento para sua posterior transformação em informação documentária”. Quando empregada na esfera jurídica, esse tipo de leitura, por se tratar de um domínio específico do conhecimento, requer uma análise criteriosa e atenção à linguagem que será utilizada. Isso ocorre por se tratar de uma linguagem especializada, em que a terminologia empregada possui características próprias e implicações jurídicas.

A eficiência da indexação está associada ao grau de aprofundamento que o indexador dá durante a leitura do documento. Reforçando essa ideia, Sousa e Fujita (2014, p. 22) chama atenção para o fato de que “[...] uma indexação superficial não suprirá às demandas por informação”, visto que uma análise realizada de forma pouco aprofundada pode afetar a recuperação da informação e, conseqüentemente, gerar implicações na tomada de decisões.

Esse entendimento se relaciona com a ideia de Barros (2017, p. 216), ao apontar que “a documentação tinha por objetivo reunir informações relacionadas a um assunto e organizá-las de tal forma que fosse possível encontrar a informação certa no momento certo e pelo menor tempo e custo possíveis”. Passos (1994, p. 366) salienta que “o trabalho do bibliotecário é, justamente, fornecer mecanismos que facilitem o acesso às informações escondidas nesse emaranhado legislativo”, destacando o papel desempenhado pela indexação na mediação entre documentos e usuários da informação. Considerados em conjunto, tais pontos de vista evidenciam a relação entre a análise do conteúdo documental, a organização da informação e a criação de mecanismos que favoreçam sua recuperação pelos usuários.

Partindo desse entendimento, a adoção de vocabulários controlados e descritores específicos da área jurídica pode contribuir para a padronização dos termos que serão empregados na indexação, o que pode favorecer a organização da informação. Esses recursos podem auxiliar na recuperação da informação nos SRI, reduzir variações terminológicas e facilitar a localização da informação de acordo com as necessidades dos usuários. Portanto, esses recursos podem contribuir para o controle terminológico, evitando que diferentes termos sejam utilizados para

representar um mesmo conceito e proporcionar maior consistência na representação dos documentos.

Entretanto, com o passar do tempo, o processo de indexação pode estar sujeito a atualizações em aspectos como termos, conceitos e tipos de documentos utilizados, em decorrência de mudanças na área jurídica. Além disso, é necessário considerar as necessidades informacionais dos usuários, tendo em vista que se trata de um público especializado.

Dessa forma, a indexação pode exigir adequações de maneira gradativa, resultantes de revisões na legislação, na linguagem jurídica e nos interesses institucionais. Essas reformulações acabam evidenciando mudanças sociais, tecnológicas e em regras normativas que podem impactar diretamente na produção e no uso da informação jurídica. Logo, revisar periodicamente os termos empregados no processo pode contribuir para manter a representação temática da informação alinhada às mudanças na legislação, na linguagem e à realidade de trabalho desenvolvido pela instituição.

A partir da análise dessas práticas desenvolvidas em um Arquivo jurídico, é possível compreender de que forma o processo de indexação pode contribuir para a recuperação da informação jurídica, principalmente no que diz respeito à forma de localização dos documentos, seja no Arquivo físico ou no SRI, e à sua utilização no cotidiano das atividades institucionais. Com base nesse entendimento, torna-se possível analisar como a indexação desenvolvida no Arquivo PCTA-1 da PGE-PA se relaciona à organização da informação e às demandas informacionais dos usuários.

Diante das discussões teóricas apresentadas, torna-se possível compreender a dinâmica das práticas de organização e indexação da informação jurídica no cotidiano institucional. Esses conceitos servem de base para orientar a análise do processo de indexação, dos descritores utilizados, e das dificuldades enfrentadas no decorrer da atividade, possibilitando, assim, compreender suas relações com a recuperação da informação no Arquivo PCTA-1.

Esses elementos também podem contribuir para a compreensão do processo de indexação, dos termos utilizados, bem como dos desafios que envolvem essa atividade, os quais são analisados no contexto do Arquivo PCTA-1. Levando em consideração a base teórica abordada ao longo da pesquisa, a seção seguinte

apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a análise do processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1.

3 METODOLOGIA

A seção apresenta os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa, deixando claro como foi sua construção na prática. Entende-se a pesquisa científica como um processo planejado e organizado, direcionado à produção de conhecimento a partir de questionamentos que surgem no cotidiano, sendo passível de investigação por meio da adoção de métodos adequados ao problema que é alvo de estudo (Köche, 2011).

Assim, a pesquisa de cunho científico pode ser interpretada como um roteiro elaborado de forma estruturada, que tem como objetivo obter respostas para problemas por meio de critérios pré-estabelecidos. Essa interpretação está associada ao entendimento de Gil (2008, p. 26)

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Partindo dessa compreensão, o estudo em questão tem como objetivo analisar o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1 da PGE-PA, de modo a compreender seus impactos na eficiência e na precisão da recuperação da informação no contexto institucional e social. Para alcançar esse propósito, o estudo buscou descrever o processo de indexação adotado no Arquivo PCTA-1; elencar os principais descritores no processo de indexação dos documentos do Arquivo PCTA-1; e, por fim, identificar os principais desafios enfrentados durante o processo de indexação.

Para atingir esses objetivos, foram adotadas estratégias metodológicas como pesquisa documental, pesquisa de campo e relato de experiência, tornando possível acompanhar o funcionamento da rotina do setor e, especialmente, a compreensão das atividades desenvolvidas. Além do mais, a abordagem qualitativa comprovou-se pertinente, visto que possibilita a compreensão de fatores sociais em suas respectivas

realidades e, levando em conta os conhecimentos adquiridos e as interpretações a respeito dos procedimentos observados (Köche, 2011).

Com base nisso, as informações levantadas foram obtidas predominantemente a partir da experiência adquirida no Arquivo da Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa (PCTA-1), durante o estágio não obrigatório realizado entre os anos de 2021 e 2023. A obtenção dessas informações ocorreu por meio da observação participante, sem a utilização de um roteiro previamente estabelecido, a partir do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos servidores responsáveis pelo Arquivo e por estagiários mais experientes, somado à participação ativa na rotina do Arquivo. Entre as atividades desempenhadas destacam-se a organização de processos jurídicos em estantes e armários, a recuperação de processos solicitados pelos procuradores mediante consulta ao Sistema de Recuperação da Informação (SRI), a localização dos respectivos processos no acervo físico, a elaboração de etiquetas de identificação e a digitalização de processos.

As observações ocorreram ao longo do período de estágio, acompanhando as atividades realizadas de acordo com a rotina e as demandas que chegavam ao Arquivo. Não houve uma contagem exata ou aproximada da quantidade de processos analisados, uma vez que estes eram consultados conforme as solicitações dos procuradores. Nesses casos, a partir da solicitação do processo, realizava-se a consulta no Sistema de Recuperação da Informação (SRI) para localizar as informações disponíveis e, posteriormente, a busca pelo respectivo processo no acervo físico. Durante esse procedimento, eram conferidas as informações disponíveis no sistema em relação aos documentos físicos, o que possibilitou identificar inconsistências nos registros do SRI. Essas ocorrências, identificadas no desenvolvimento das atividades, passaram a compor a análise realizada nesta pesquisa.

O diário de campo foi utilizado como instrumento de coleta de informações no relato de experiência, sendo elaborado ao final de cada jornada de estágio e contendo a descrição objetiva das atividades desenvolvidas. A escolha pelo relato de experiência decorre da própria natureza da pesquisa, que parte da experiência prática vivenciada durante o estágio e das observações realizadas na rotina do Arquivo PCTA-1, possibilitando analisar as práticas de indexação e recuperação da informação a partir dessa vivência, bem como pelo interesse e curiosidade em compreender como

se desenvolve o processo de indexação em um arquivo da administração pública, bem como o funcionamento da rotina de trabalho nesse contexto.

Convém esclarecer que, para a presente pesquisa, delimitou-se apenas ao Arquivo PCTA-1 como objeto de estudo, tendo em vista que foi nesta unidade informacional que o estágio não supervisionado foi realizado. O Arquivo PCTA-2 não integrou o escopo do estudo, apesar de ambas as Procuradorias atuarem no acompanhamento de processos cíveis, trabalhistas e administrativos. No entanto, diferenciam-se quanto às competências atribuídas a cada uma. Enquanto a PCTA-1 é responsável por demandas relacionadas a servidores públicos civis e ao direito à saúde, a PCTA-2 fica encarregada por demandas relacionadas a militares, indenizações, licitações e contratos, improbidade administrativa e demais direitos sociais, exceto saúde. Essa delimitação acaba contribuindo para situar a documentação jurídica analisada ao longo deste trabalho. (Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2026).

3.1 Tipo de pesquisa

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois visa analisar um problema relacionado ao processo de indexação da documentação jurídica no contexto das práticas institucionais da PGE-PA.

No que diz respeito aos objetivos, podem ser classificadas como pesquisa exploratória e pesquisa descritiva. Segundo a classificação das pesquisas em relação aos objetivos, fundamenta-se em Gil (2008) para defini-la como exploratória por possibilitar uma maior relação com o problema a partir das práticas desenvolvidas no Arquivo PCTA-1 e descritiva por permitir a descrição do processo de indexação, dos processos e dos aspectos relacionados à recuperação da informação observados no Arquivo. Em relação à abordagem adotada, trata-se de uma pesquisa qualitativa, por se fundamentar na interpretação das práticas observadas, nos aspectos relacionados ao processo de indexação, bem como na recuperação da informação no contexto analisado.

A pesquisa também se caracteriza como bibliográfica, mediante ao levantamento e a utilização da literatura que fundamenta as discussões sobre arquivo, documento jurídico, indexação, representação e recuperação da informação.

O quadro 1 sintetiza, de forma detalhada, os procedimentos adotados na pesquisa, conforme discutido anteriormente.

Quadro 1 – Caracterização metodológica da pesquisa

Características	Descrição
Natureza da Pesquisa	Pesquisa aplicada, por analisar o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1 da PGE-PA, buscando compreender se e como esse processo pode contribuir para o aprimoramento das práticas de indexação e recuperação da informação no contexto institucional da PGE-PA.
Nível da Pesquisa	Exploratória, por possibilitar maior relação com o problema a partir das práticas desenvolvidas no Arquivo, e descritiva, por permitir a descrição do processo de indexação e dos aspectos relacionados à recuperação da informação observados no contexto analisado.
Abordagem da Pesquisa	Qualitativa, fundamentada na interpretação das práticas observadas, nos aspectos relacionados ao processo de indexação, bem como na recuperação da informação.
Método de Pesquisa	Pesquisa bibliográfica, mediante ao levantamento e a utilização da literatura que fundamenta as discussões sobre arquivo; Pesquisa de campo, desenvolvida no Arquivo PCTA-1; Pesquisa documental, pela análise dos documentos do arquivo.
Instrumentos de Coleta	Observação participante, realização de atividades diárias junto ao Arquivo PCTA-1, análise documental e uso de sistema de recuperação da informação (SRI). Diário de campo.
Técnica de Análise	Análise descritiva e interpretativa, identificação de padrões, recorrências e situações relevantes observadas durante o estágio.
Apresentação dos dados	Descrição das atividades, análise das práticas e interpretação dos resultados levantados.

Fonte: Elaborado com base em Silva, Correa e Fujita (2024).

Os procedimentos metodológicos apresentados no Quadro 1 sintetizam as principais características da pesquisa, reunindo sua natureza aplicada, seu caráter exploratório e descritivo, a abordagem qualitativa, os métodos empregados, os instrumentos de coleta, a técnica de análise e a forma de apresentação dos dados. Dessa maneira, o quadro permite visualizar de forma organizada as decisões metodológicas adotadas para o desenvolvimento da pesquisa e para a análise da experiência vivenciada no Arquivo PCTA-1.

3.2 Local da experiência

A pesquisa desenvolveu-se no Arquivo PCTA-1, subordinado à PGE-PA, levando em consideração a experiência adquirida durante o estágio não obrigatório e a observação das atividades desenvolvidas nesse espaço. O Arquivo é responsável por zelar pela documentação, assegurar sua organização e, sobretudo, viabilizar o acesso à documentação jurídica utilizada nas práticas institucionais, com foco, principalmente, no atendimento das demandas do público interno.

A definição do local de pesquisa deu-se em razão da possibilidade em acompanhar e observar o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1. As atividades em questão foram realizadas durante o período de estágio não obrigatório, compreendido entre os anos de 2021 e 2023.

3.3 Métodos e técnicas

Utilizou-se a técnica de observação participante para o desenvolvimento desta pesquisa, possibilitando o acompanhamento direto das atividades no Arquivo. De acordo com Gil (2008), essa técnica permite ao pesquisador uma participação ativa no ambiente analisado.

Como ponto de partida do estudo, realizou-se a observação das atividades que integram a rotina de trabalho do Arquivo, com o objetivo de compreender como ocorriam os processos de organização documental, bem como a circulação da informação até sua chegada aos procuradores, para, em seguida, ser analisada. Posteriormente, analisaram-se os processos de arquivamento, classificação, indexação e recuperação da informação.

Ao longo da observação, identificaram-se os descritores utilizados no processo de indexação, como o nome das partes e o número do processo, os quais se destacaram como os mais utilizados no Arquivo da PCTA-1, em razão de sua regularidade de uso e de seus reflexos na recuperação da informação.

Durante o desenvolvimento das atividades, realizavam-se também, inserções de dados no sistema utilizado durante o período de estágio, de acordo com critérios adotados, bem como consultas aos processos físicos que se encontram sob a

responsabilidade do Arquivo, utilizando descritores previamente definidos em seus respectivos campos de busca e, auxiliando na organização do acervo documental para posterior recuperação de processos solicitados por procuradores que integram o setor.

A análise das informações levou em consideração a identificação de padrões e a frequência de ocorrências observadas, tais como, descritores utilizados no processo, irregularidades na indexação e desafios enfrentados referente à localização de documentos no Arquivo físico, bem como seus impactos na recuperação da informação e as medidas adotadas, visando à identificação de contribuições decorrentes dessas práticas, visto que a construção do saber científico relaciona-se à compreensão da realidade e à integração teórico-prática (Köche, 2011).

A análise dos documentos desenvolveu-se de forma descritiva e interpretativa, a partir da identificação de padrões e de aspectos importantes que foram observados durante o estágio, relacionados ao processo de indexação e à recuperação da informação, com ênfase na inter-relação entre esses processos. Somado a isso, também foram consideradas questões que se davam de forma recorrentes na rotina do Arquivo PCTA-1. Destaca-se que não houve qualquer tipo de interferência nos procedimentos habituais do Arquivo, mantendo-se a integridade dos processos já realizados.

Com base na experiência analisada e nos procedimentos descritos, o quadro 2 organiza as categorias que nortearam a pesquisa.

Quadro 2 – Categorias de análise do processo de indexação no Arquivo PCTA-1

Categorias de análise	Descrição
Contexto	Arquivo PCTA-1.
Objeto	Indexação e recuperação da informação.
Atividades	Organização, indexação, inserção no SRI e recuperação da informação.
Instrumentos	Documentos e Sistema de recuperação da informação (SRI).
Crítérios	Recorrência, impacto e dificuldades.

Ênfase	Inter-relação entre os processos de indexação e recuperação da informação.
Abordagem	Descritiva e interpretativa.
Resultados da análise	Identificação de contribuições e dificuldades relacionadas ao processo de indexação e à recuperação da informação.

Fonte: Elaborado com base em Silva, Correa e Fujita (2024).

O Quadro 2 apresenta de forma organizada as categorias utilizadas para orientar a análise da experiência no Arquivo PCTA-1, considerando o contexto, o objeto, as atividades desenvolvidas, os instrumentos utilizados, os critérios observados, a ênfase da análise, a abordagem adotada e os resultados identificados. Dessa forma, o quadro sintetiza os elementos que nortearam a análise das práticas de indexação e recuperação da informação observadas durante a experiência.

3.4 Participação nas atividades

A participação nas atividades do Arquivo estruturou-se a partir da observação dos processos e atuação prática. Buscou-se, primeiramente, compreender a rotina de trabalho no Arquivo. Observando atentamente cada atividade desempenhada por servidores e estagiários mais experientes.

Em um segundo momento, o conhecimento adquirido mediante a observação, foi aplicado na execução de atividades solicitadas, que incluíam a organização de processos em armários e estantes, bem como a realização de procedimentos relacionados ao tratamento e à recuperação da informação, conforme critérios pré-estabelecidos pelo Arquivo.

Durante as atividades de recuperação da informação, realizava-se a conferência das informações, verificando se as informações inseridas no SRI correspondem às contidas nos documentos físicos. A participação nas atividades possibilitou uma compreensão mais aprofundada acerca dos procedimentos desenvolvidos, em particular no que se refere à dinâmica de trabalho e aos procedimentos adotados no contexto institucional.

3.5 Aspectos éticos

O estudo buscou respeitar os princípios éticos relacionados ao uso de informações institucionais, garantindo a confidencialidade de dados sigilosos. O processo de tratamento das informações ocorreu de forma segura, sem identificação explícita de pessoas ou processos.

Ressalta-se que o acesso às informações utilizadas neste estudo ocorreu exclusivamente para o desenvolvimento desta pesquisa, com finalidade científica e acadêmica, direcionado ao contexto das atividades desempenhadas no Arquivo PCTA-1 e, respeitando os critérios de acesso determinados pela instituição.

Ademais, buscou-se assegurar a preservação dos documentos e das informações analisadas, com o intuito de evitar qualquer tipo de alteração ou até mesmo o uso indevido de dados de terceiros que integram os processos. O estudo pautou-se no cumprimento das exigências acadêmicas, das normas institucionais e dos princípios de confidencialidade e ética no tratamento da informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir da análise da experiência vivenciada no Arquivo PCTA-1, com foco em especial no processo de indexação da documentação jurídica e em seus impactos na eficiência e na precisão da recuperação da informação. A presente análise encontra-se estruturada de modo a descrever esse processo, bem como os descritores utilizados, a identificação dos principais desafios enfrentados e as soluções adotadas, em conformidade com os objetivos definidos nesta pesquisa.

4.1 *Locus da Pesquisa*

A PGE-PA é uma instituição permanente responsável pela representação judicial e pela assessoria jurídica do Estado, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento social, conforme os arts. 132 da Constituição Federal (Brasil, 1988) e 187 da Constituição do Estado do Pará. Criada pela Emenda Constitucional n.º 18/1983 e institucionalizada pela Lei Complementar Estadual n.º

002/1985, a PGE-PA assumiu as atribuições anteriormente exercidas pelo Ministério Público na defesa judicial do Estado, iniciando suas atividades com a posse de 14 procuradores em 1987 (Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2026).

A estrutura organizacional da instituição evoluiu ao longo do tempo, especialmente com a promulgação de leis que consolidaram e especializaram suas unidades, como a Lei Complementar n.º 024/1994, a Lei Complementar n.º 041/2002 e a Lei Estadual n.º 6.813/2006. Atualmente, a PGE-PA possui regimento interno próprio, estabelecido pelo Decreto Estadual n.º 1.395/2021, e mantém sedes nas cidades de Belém, Brasília, Santarém e Marabá. Sua atuação foi ampliada para abranger o assessoramento jurídico em políticas públicas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente, desenvolvimento agrário e gestão fiscal, em articulação com secretarias estaduais, a Casa Civil, a Defensoria Pública e o ITERPA, o Instituto de Terras do Pará (Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2026).

Entre suas unidades especializadas, destacam-se o Núcleo Consultivo da Administração Direta (NUCAD) e a Câmara de Negociação, Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Pública (CAMPGE), responsável pela celebração de aproximadamente cinco mil acordos. A Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP), criada em 2021, atua na capacitação de procuradores e servidores, promovendo a formação continuada e o desenvolvimento da pesquisa jurídica no âmbito da advocacia pública (Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2026).

A atuação da PGE-PA é guiada por sua missão, visão e valores, refletindo os princípios que norteiam sua gestão e serviços à sociedade:

- Sua missão consiste em representar juridicamente o Estado e assessorar políticas públicas voltadas à promoção da justiça e do desenvolvimento social;
- Sua visão é consolidar-se como referência em advocacia pública, com atuação preventiva, conciliatória e comprometida com a disseminação do conhecimento jurídico;
- Entre seus valores, destacam-se a ética, a excelência, a humanização, a inovação, o profissionalismo e a transparência. Ao longo de sua trajetória, a instituição consolidou-se como agente estratégico na defesa do interesse público e na implementação de políticas de Estado (Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2026).

Nesse contexto institucional, o Arquivo PCTA-1 constitui o espaço onde se insere a documentação jurídica analisada nesta pesquisa, cuja organização e tratamento estão relacionados às demandas informacionais do público interno da PGE-PA.

Nesse espaço, estão inseridos documentos decorrentes das atividades desenvolvidas pela PGE-PA, relacionadas à defesa dos interesses do Estado e ao atendimento das demandas jurídicas e administrativas. Para o desenvolvimento dessas atividades, a instituição conta com unidades que desempenham funções específicas, entre as quais se encontra a PCTA-1, cujas competências são apresentadas a seguir.

4.1.1 Competências da PCTA-1

A Procuradoria Cível, Trabalhista e Administrativa, PCTA-1, é responsável por atuar e acompanhar processos judiciais de natureza cível, trabalhista e administrativa que não estejam sob a competência das demais procuradorias especializadas, acompanhando-os até o trânsito em julgado das decisões que determinem a expedição de precatórios requisitórios ou Requisições de Pequeno Valor (RPV) (Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2026).

A PCTA-1 exerce papel consultivo e administrativo, atuando em requerimentos relacionados a demandas já judicializadas, manifestando-se em processos de competência do chefe do Poder Executivo, com o objetivo de orientar e assegurar o cumprimento das decisões judiciais. Dessa forma, a PCTA-1 contribui para a proteção dos interesses do Estado, garantindo legalidade, eficiência e efetividade na gestão das demandas públicas, consolidando-se como instrumento estratégico na defesa do patrimônio público e na execução de políticas administrativas (Procuradoria-Geral do Estado do Pará, 2026).

Nesse contexto, a documentação jurídica analisada nesta pesquisa está inserida no Arquivo PCTA-1, cuja organização e tratamento estão relacionados às demandas informacionais do público interno da PGE-PA. A partir dessa caracterização, torna-se pertinente compreender como o tratamento dessa documentação se relaciona ao processo de indexação e à recuperação da informação no contexto institucional.

4.1.2 Indexação no Arquivo PCTA-1

A atividade de indexação desenvolvida no Arquivo PCTA-1 mostrou-se relacionada ao tratamento da documentação jurídica e às demandas informacionais dos usuários internos da PGE-PA, especialmente no processo de organização e recuperação da informação.

A partir dessa perspectiva, a experiência prática permitiu constatar que essa atividade compreende diferentes etapas do tratamento técnico dos documentos, abrangendo a análise documental, definição de descritores coerentes e o registro das informações no SRI, o que reforça sua relação com a organização e a recuperação da informação no âmbito institucional.

Ao longo do desenvolvimento dessa atividade, foi possível perceber que o processo de indexação é estruturado a partir da identificação de elementos determinantes presentes nos documentos, com destaque para nome das partes e o número do processo.

Tais descritores representam os principais pontos de acesso no SRI, revelando uma prática que requer atenção e agilidade na recuperação de documentos, sobretudo em razão das demandas frequentes dos procuradores. A partir da experiência observada, essa prática pode ser compreendida como uma estratégia voltada para obter agilidade na recuperação da informação. O número do processo atua como um elemento de identificação específico do documento, enquanto os nomes das partes, devido à possibilidade de repetição em diferentes documentos, podem ocasionar ruídos no processo de indexação.

Em relação a esse aspecto, identificaram-se inconsistências, principalmente no registro do descritor nome das partes, ocasionadas por variações na forma de inserção dos dados. Essa realidade observada reforça a importância da padronização terminológica no processo de indexação, visto que a consistência na representação dos dados constitui elemento fundamental para o bom desempenho dos sistemas de recuperação da informação, conforme apontam Silva, Corrêa e Fujita (2024).

Considerando as fragilidades identificadas no processo, foram propostas estratégias para minimizar essas lacunas e contribuir para proporcionar mais agilidade às atividades, que, até então, eram realizadas de forma lenta. Entre essas estratégias, destacam-se a revisão das informações registradas no SRI com base nos documentos

físicos, a padronização do registro dos nomes das partes, a definição de critérios para o preenchimento dos descritores e a inserção de informações complementares no sistema. Essas medidas visaram melhorar a representação das informações no SRI e, por conseguinte, facilitar a recuperação dos processos.

Como resultado das estratégias adotadas, sobretudo na revisão das informações registradas no SRI com base nos documentos físicos e da padronização dos descritores, observou-se uma diminuição gradativa das inconsistências nos registros, bem como uma melhoria gradativa na recuperação da informação, o que acaba se relacionando com o entendimento de Andrade (2010), segundo o qual demonstra que a qualidade da representação temática da informação depende da forma como os termos são empregados, reforçando a ideia de que a indexação influencia diretamente na precisão da recuperação da informação.

Além dessas medidas, a inserção de informações complementares sobre cada documento no SRI contribuiu para aprimorar a representação dos documentos no ambiente digital e, conseqüentemente, tornar o processo de recuperação da informação mais rápido.

Outro aspecto observado que também merece atenção diz respeito à relação entre a indexação e a organização física do acervo. Ao longo da experiência de estágio, a mudança do sistema alfabético de classificação para o numérico contribuiu facilitar a localização dos documentos, principalmente quando associada a uma indexação mais coerente. Nesse sentido, a organização física do acervo e os registros digitais no SRI apresentaram-se como elementos relacionados ao processo de recuperação da informação no contexto observado.

Em linhas gerais, o processo de indexação no Arquivo PCTA-1 caracterizou-se como uma atividade de interação entre sistema e usuário e entre as pessoas que integravam o Arquivo, sendo passível de atualizações contínuas conforme mudanças na legislação brasileira e levando em consideração, sobretudo, as necessidades institucionais e as especificidades da documentação jurídica desenvolvida no local. Para tanto, é fundamental ter um olhar mais criterioso em relação aos descritores utilizados na indexação, visto que eles influenciam diretamente na organização e no acesso à informação, o que será aprofundado a seguir.

4.1.3 Descritores

No que se refere aos descritores utilizados no Arquivo PCTA-1, esses representam os principais pontos de acesso empregados para representar os documentos jurídicos no SRI, contribuindo de forma significativa tanto na localização quanto na recuperação dos processos que movimentam a rotina de trabalho no ambiente institucional. Observou-se que a seleção dos descritores seguia uma lógica voltada a facilitar a atividade prática, levando em conta a alta demanda informacional dos usuários internos, sobretudo dos Procuradores, em que a análise dos processos ocorre de forma constante.

A partir disso, destacam-se como principais descritores empregados no processo: 1. número do processo e 2. nome das partes, sendo estes identificados como os principais pontos de acesso no SRI. Ambos se destacam pela elevada frequência de uso, principalmente por permitirem a recuperação de processos que são específicos da PCTA-1, que, em muitos casos, já eram conhecidos pelos servidores e estagiários, em decorrência das frequentes consultas realizadas pelos Procuradores.

De modo a ilustrar os principais pontos de acesso do Sistema de Recuperação da Informação (SRI) utilizado no período da experiência de estágio, a Figura 1 apresenta um modelo representativo da interface de consulta, destacando os descritores número do processo e nomes das partes como termos indexadores centrais para localização e recuperação dos processos solicitados. O modelo apresentado na Figura 1 possui caráter unicamente ilustrativo e foi elaborado com base na estrutura, nas funcionalidades e nos descritores empregados no Sistema de Recuperação da Informação (SRI) utilizado pela Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA) durante o período de estágio. As informações referentes aos campos de busca e aos demais elementos representativos foram adaptadas somente para fins acadêmicos, ou seja, não correspondem fielmente à interface real do sistema, nem a processos que integram o acervo arquivístico do Arquivo PCTA-1.

Figura 1 – Modelo representativo do SRI, com destaque para os descritores número do processo e nomes das partes

Sistema de Recuperação da Informação (SRI) LOGIN:

Usuário;

Identificação utilizada para acessar o sistema.

Senha;

Credencial de autenticação utilizada para validar o acesso do usuário ao sistema. Ambos eram fornecidos pelo Departamento de Tecnologia da Informação da PGE-PA.

DESCRIPTOR:

NÚMERO DO PROCESSO; 201000000101

Interpretação do número:

Composto 12 números.

2017 - Ano de cadastro/entrada do processo.

00001499 - Número sequencial do processo naquele ano.

Explicação:

Número interno utilizado pela Procuradoria Geral do Estado do Pará (PGE-PA) para controle e acompanhamento do processo.

NOME DAS PARTES; GISELLE GOMES BEZERRA FALCÃO

REQUERENTE; Giselle Gomes Bezerra

Explicação: Autora/impetrante da ação, ou seja, a pessoa que buscou judicialmente o fornecimento do medicamento.

REQUERIDO; SESP

Explicação: Parte que deve responder ao pedido ou cumprir a determinação judicial.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

- Área; Saúde

Explicação: Campo que indica a área temática à qual o processo está relacionado.

- Ação; Mandado de Segurança

Explicação: Identifica a natureza jurídica da ação judicial.

- Assunto; Fornecimento de Medicamentos

Explicação: Permite identificar o assunto tratado no processo.

- Município; Belém

Explicação: Informa a localidade associada ao processo.

- Número do processo de origem; 08021356220178140301

Explicação: Número utilizado para identificação e tramitação do processo no Poder Judiciário.

- Órgão de origem; 1ª Vara de Fazenda de Belém

Explicação: Unidade judicial responsável pela tramitação inicial do processo.

- Data de entrada; 14/02/2017

Explicação: Data de ingresso ou registro do processo no sistema institucional.

- Situação; Ativo

Explicação: Indica o status do processo, permitindo acompanhar sua condição de tramitação.

Fonte: Modelo elaborado com base no SRI da PGE-PA utilizado durante o período de estágio (2026).

Além do número do processo e dos nomes das partes, foram observadas informações complementares nos registros, como área, ação e assunto, que podem auxiliar na identificação do conteúdo dos processos. No entanto, durante o período analisado, não foram identificadas solicitações de recuperação de documentos por temas específicos. Assim, embora essas informações estejam presentes em determinados registros e possam auxiliar na identificação dos documentos, a análise realizada nesta pesquisa focou-se nos principais pontos de acesso que de fato eram utilizados no SRI, como número do processo e nomes das partes.

A esse respeito, o uso do número do processo como descritor possibilita buscas mais precisas e reduz erros de identificação no sistema, sobretudo por se tratar de um elemento de identificação único. Porém, vale ressaltar que os números precisam estar corretos para se obter cem por cento de precisão. Contudo, o descritor nome das partes, mesmo também sendo utilizado de forma recorrente, demonstrou instabilidade na recuperação dos processos. Na figura 2, com as devidas marcações para manter a integridade e sigilo documental, tem-se a capa do processo com a identificação da digitalização feita no Arquivo PCTA-1:

Figura 2 – Capa de processo digitalizado no SRI da PGE-PA




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

PROCESSO Nº _____ ANO _____

 Governo do Estado do Pará Local Localização
Procuradoria Geral do Estado do Pará PRINCIPAL 1 00000 00 C

Nr Processo [REDACTED]

Grupo Atividades Judiciais e Administrativas

Sub-Grupo PCTA

Tipo SAÚDE

Ação MANDADO DE SEGURANÇA

Assunto FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Município BELÉM

Nr de Origem [REDACTED]

Orgão de Origem 1ª VARA DE FAZENDA DE BELÉM

Nr de CNJ [REDACTED]

Partes do Processo [REDACTED]

Data de Entrada 14/02/2017

Situação A

Nr CDA

Nr Processo (Principal) 0

DIGITALIZADO

Fonte: Capa de processo judicial da PGE-PA (2017).

Com o objetivo de facilitar a identificação e localização dos processos durante as consultas no SRI, utilizou-se também informações complementares, além dos dois principais descritores, a tipologia documental como execução fiscal, embargos e mandado de segurança e a natureza processual, relacionada às procuradorias cível, trabalhista e administrativa que integram a PGE-PA.

Apesar de o SRI não contar com os campos de busca de tipologia documental e natureza processual, tais informações eram utilizadas como referência, tanto por servidores quanto por estagiários, para auxiliar na identificação e localização dos processos, especialmente em casos de processos em que as informações se apresentavam incorretas ou incompletas, como nome das partes ou número do processo. Embora não se configurem como pontos específicos de acesso no SRI, esses recursos contribuem de forma complementar para melhorar a eficiência do acesso à informação.

Durante o período de experiência, observou-se que, mesmo com o uso desses recursos auxiliares, os descritores tidos como os mais relevantes atendiam às demandas do Arquivo, porém a baixa padronização terminológica, em especial no descritor nome das partes, afetava diretamente a regularidade da indexação. Essa análise a respeito do contexto mencionado fundamenta-se nas inconsistências observadas durante as consultas realizadas no SRI e no cruzamento das informações contidas no sistema com os documentos físicos.

A análise identificou como sendo os principais desafios: 1. variações na forma de registro dos descritores, 2. ausência de padronização terminológica e 3. inconsistências nos dados inseridos no SRI, fatores estes que afetam diretamente a eficiência e a precisão da recuperação da informação.

Para atenuar o máximo possível os impactos identificados durante as atividades desenvolvidas no Arquivo, foram consideradas estratégias que auxiliassem tanto na revisão quanto na organização da informação, tais como melhorar a padronização dos registros de nomes, bem como a definição de critérios para o preenchimento dos pontos de acesso no SRI, a partir de uma análise comparativa entre os documentos físicos e registros digitais. Todavia, é importante ressaltar que tais estratégias adotadas limitaram-se às práticas desenvolvidas no Arquivo, portanto, não foram incorporadas diretamente no sistema.

Os descritores utilizados no Arquivo PCTA-1 mostram-se relevantes para a representação dos documentos e para a recuperação da informação no contexto observado. A partir dessas considerações, as observações realizadas durante a experiência no Arquivo permitiram compreender que o processo de indexação e a posterior recuperação da informação estão diretamente relacionados, revelando desafios e oportunidades no ambiente institucional observado e, com isso, ampliando a discussão a respeito desses aspectos, os quais serão abordados na subseção seguinte.

4.2 Caracterização dos documentos analisados no contexto do Arquivo PCTA-1

Os documentos analisados referem-se a processos jurídicos de natureza cível, trabalhista e administrativa, organizados e disponíveis para consulta no Arquivo PCTA-1. Durante o período de desenvolvimento do estágio, constatou-se que o arranjo do

acervo do Arquivo seguia, originalmente, o sistema alfabético de classificação. Levando em consideração que a experiência de estágio ocorreu ao longo de dois anos, observou-se essa estrutura de organização do acervo no primeiro ano. Já no segundo e último ano de estágio, o Arquivo encontrava-se em fase de migração para o sistema numérico de classificação, com o objetivo de otimizar a recuperação da informação e reduzir o tempo de busca.

Além da forma de organização do acervo, também foram observadas diferentes tipologias documentais relacionadas às demandas jurídicas atendidas pela PCTA-1. Entre os exemplos selecionados, encontram-se tipologias pertencentes à classe 110, que correspondem a Ações, Recursos e Incidentes Processuais, conforme a Tabela de Temporalidade da área Jurídica da PGE-PA. O quadro apresentado tem como fonte primária de consulta a Tabela de Temporalidade da área Jurídica da PGE-PA, não correspondendo à reprodução integral do instrumento, mas à seleção de exemplos relacionados ao conjunto documental observado durante o estágio.

A partir das tipologias identificadas, a caracterização dos documentos também se relaciona à organização da informação jurídica, uma vez que a identificação de suas características pode está auxiliando na compreensão de sua organização no contexto arquivístico. Nesse sentido, Souza (2013) discute a caracterização do documento jurídico em relação à organização da informação, aspecto que dialoga com a diversidade documental observada no Arquivo PCTA-1.

Essa perspectiva também pode ser relacionada à análise tipológica apresentada por Bellotto (2002), segundo a qual o tipo documental está relacionado à espécie documental e à atividade que lhe dá origem. A partir dessa abordagem, buscou-se contextualizar as tipologias identificadas em relação às atividades e finalidades jurídicas observadas no âmbito da PCTA-1. Ressalta-se, contudo, que a pesquisa realizada durante o estágio não teve como procedimento específico a análise da relação entre espécie documental e atividade em cada tipologia, razão pela qual foram mantidas no quadro as denominações utilizadas pela PGE-PA.

Quadro 3 - Tipologias documentais identificadas no contexto do Arquivo PCTA-1

Tipologia documental	Finalidade relacionada à tipologia documental
Ação Anulatória	Demandas judiciais relacionadas à anulação de atos, decisões ou relações jurídicas.
Ação Cível	Demandas judiciais de natureza cível.
Ação Civil Pública	Demandas judiciais destinadas à tutela de interesses coletivos.
Ação de Indenização	Demandas judiciais relacionadas à reparação de danos.
Ação de Execução	Demandas judiciais destinadas à execução de obrigações.
Embargos à Execução	Defesa ou impugnação no âmbito de processos de execução.
Cautelar Trabalhista	Demandas judiciais de natureza cautelar no âmbito trabalhista.
Medida Cautelar	Demandas judiciais relacionadas à adoção de medidas de natureza cautelar.
Execução Fiscal	Demandas judiciais relacionadas à cobrança de créditos fiscais.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na Tabela de Temporalidade da Atividade Jurídica da PGE-PA e nas observações realizadas no Arquivo PCTA-1 (2026).

A diversidade de tipologias documentais identificadas evidencia a variedade de demandas jurídicas atendidas pela PCTA-1. A presença de documentos relacionados a ações cíveis, indenizações, execuções, embargos e medidas cautelares demonstra a amplitude do conjunto documental sob responsabilidade do Arquivo e reforça a necessidade de procedimentos de organização e recuperação que possibilitem a localização dos processos conforme as demandas dos procuradores. Nesse contexto,

a identificação das tipologias documentais pode constituir um elemento auxiliar para a organização, bem como para a recuperação da informação no Arquivo PCTA-1.

4.3 Limitações da pesquisa

Ressalta-se que o alcance desta pesquisa apresenta limitações relacionadas ao seu contexto de realização, visto que ela foi desenvolvida somente no Arquivo PCTA-1. Considerando que a escolha da atuação é pré-definida pela administração da instituição, ou seja, os demais Arquivos de outros setores não foram levados em consideração na pesquisa.

Portanto, os resultados obtidos restringem-se a uma realidade específica, o que inviabiliza a aplicação das informações levantadas aos Arquivos dos demais setores da instituição, aspecto este que se destaca como característico de pesquisas de campo, conforme aponta Gil (2008).

Ademais, a utilização da técnica de observação participante pode tornar a interpretação dos dados mais subjetiva, considerando que o pesquisador esteja inserido no contexto analisado, o que pode influenciar em aspectos como a compreensão e a interpretação da realidade (Köche, 2011).

Contudo, mesmo diante dessas limitações, a pesquisa contribui para uma melhor compreensão do processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1, vinculado à PGE-PA, bem como de seus impactos na recuperação da informação no contexto analisado.

A partir desta experiência no Arquivo PCTA-1, constatou-se que o processo de indexação da documentação jurídica compreende, inicialmente, etapas como leitura e análise documental e a identificação dos conceitos mais relevantes, que posteriormente são representados por meio de descritores que serão utilizados no SRI. Esse processo destaca a importância do papel desempenhado pela representação temática da informação, visto que exerce influência direta sobre como os documentos são recuperados, em consenso com o que foi abordado na fundamentação teórica, principalmente no que diz respeito ao papel de destaque da indexação na relação entre documentos e usuários da informação (Andrade, 2010).

Em relação aos descritores utilizados no processo, pode-se observar que o nome das partes e o número do processo configuram-se como os principais pontos

de acesso a serem empregados para representar os documentos. Sendo assim, tais descritores aparecem com elevada frequência no contexto analisado e são utilizados de forma recorrente nas atividades referentes à busca e recuperação da informação.

Tal prática revela um direcionamento para a adoção de critérios mais objetivos e diretos, ou seja, simplificar o processo e, com isso, facilitar a localização dos documentos no acervo, considerando, sobretudo, as demandas frequentes dos procuradores.

Com base nessa observação, pode-se constatar que, embora os descritores fossem utilizados de forma recorrente, as inconsistências no momento da recuperação da informação estavam associadas, na maioria das vezes, ao descritor nome das partes, marcado por variação terminológica e ausência de uniformidade ao registrar no SRI, tornando a busca demorada e, conseqüentemente, comprometendo a análise dos Procuradores.

Aliado a isso, a insuficiência de padronização no registro dos dados influenciava diretamente para que ocorressem inconsistências no sistema, o que acabava gerando, em certas ocasiões, a realização de buscas manuais ao acervo físico.

Considerando esse contexto, observa-se que a qualidade da indexação se relaciona de forma direta à eficiência da recuperação da informação, corroborando com o entendimento dos autores Silva, Corrêa e Fujita (2024), ao salientarem sobre a importância do tratamento adequado da informação para alcançar uma recuperação eficiente.

Nesse sentido, tais dificuldades refletem aspectos subjetivos, característicos do processo de indexação, especialmente em contextos que envolvem linguagem especializada, como é o caso da área jurídica, o que reforça a necessidade de maior controle terminológico no processo de indexação (Miranda; Santos, 2018).

Perante as dificuldades observadas durante o período de estágio, foram adotadas algumas estratégias visando à redução de tais impactos e, em virtude disso, otimizar o fluxo de trabalho no Arquivo. Dentre essas estratégias, destacam-se duas: a revisão das informações inseridas no SRI com base nos documentos físicos e o uso uniforme dos descritores conforme critérios definidos.

As referidas medidas contribuíram para a melhoria gradual do processo de indexação, resultando em uma recuperação da informação mais eficiente e precisa, apesar das limitações observadas. Nesse sentido, foi possível observar que o

emprego de descritores adequados, bem como sua uniformização, análise e consulta do documento físico (em caso de dúvidas) contribuem de forma significativa para tornar o processo de recuperação mais ágil e, conseqüentemente, diminuir tanto o tempo de pesquisa quanto o de busca, e assim, tornar o atendimento das demandas internas mais eficiente.

Em vista da experiência vivenciada no Arquivo e no que foi discutido nesta seção com apoio das demais seções vistas anteriormente, torna-se possível concluir que os resultados obtidos indicam que a forma como o processo de indexação é realizada acaba exercendo influência direta sobre a qualidade, eficiência e precisão da recuperação da informação no contexto estudado.

Ademais, a experiência em questão contribui significativamente para compreender não somente as práticas arquivísticas desenvolvidas no Arquivo PCTA1, mas também em como identificar aspectos passíveis de melhoria, sobretudo no que se refere à padronização dos descritores, assim como à coerência das informações inseridas no SRI. A partir da análise desenvolvida, o quadro 4 apresenta de forma sistematizada os principais resultados identificados no decorrer da experiência.

Quadro 4 - Síntese dos resultados da análise do processo de indexação no Arquivo PCTA-1

Categorias analisadas	Descrição dos resultados
Processo de indexação	Realizado por meio de leitura e análise documental, identificação de conceitos relevantes e representação por descritores no SRI.
Descritores utilizados	Predominância do descritor nome das partes e número do processo como os principais pontos de acesso para recuperação da informação.
Principais desafios	Inconsistências na atribuição de descritores, associadas a variação terminológica e a ausência de uniformidade no registro, impactando a recuperação da informação.
Consequências observadas	Dificuldade na localização de documentos, aumento do tempo de busca e, em alguns casos, necessidade de consulta ao acervo físico.
Soluções adotadas	Revisão das informações inseridas no SRI e uso uniforme dos descritores, visando maior consistência na representação temática da informação.

Resultados na recuperação da informação	Melhoria gradual na eficiência e na precisão da recuperação da informação, mesmo diante das limitações observadas.
Impactos no contexto institucional	Otimização do fluxo de trabalho, maior agilidade no atendimento das demandas internas e fortalecimento do papel estratégico da organização da informação.

Fonte: Elaborado com base em Silva, Correa e Fujita (2024).

Em síntese, a experiência vivenciada contribui para a compreensão da lógica de funcionamento da indexação e de seus impactos na eficiência e na precisão da recuperação da informação no contexto institucional e social, demonstrando sua função estratégica no âmbito arquivístico. Dessa forma, reforça-se sua importância para a organização da informação, assim como sua contribuição para o fortalecimento da transparência e da ampliação do acesso à informação.

Considerando os resultados discutidos, torna-se pertinente caracterizar o espaço no qual a pesquisa foi desenvolvida, isto é, o *locus* da pesquisa.

4.4 Desafios e oportunidades da indexação

Com base no conhecimento teórico prévio adquirido ao longo da graduação, alinhado, sobretudo, à experiência prática realizada no Arquivo PCTA-1, foi possível compreender e identificar que a maneira como os documentos são representados no SRI está relacionada à recuperação da informação jurídica.

Partindo desse pressuposto, observou-se que, ao longo das atividades desenvolvidas e em determinados casos nos quais a busca pelos processos demandava mais tempo, a utilização dos descritores tornava a pesquisa no sistema mais ágil, bem como a posterior localização dos processos no Arquivo físico, o que contribuía para atender às demandas do departamento PCTA-1.

Em contrapartida, observaram-se também limitações na forma de padronização dos registros processuais, na consistência da representação documental e no próprio SRI, condições que comprometem diretamente a eficiência e a precisão da recuperação da informação.

Em continuidade ao contexto analisado, destacam-se, entre os principais desafios observados, a baixa padronização terminológica relacionada à inserção dos

descritores, principalmente na forma de registro do descritor nome das partes. Como consequência, observaram-se variações no preenchimento dos campos de busca, muitas delas decorrentes de registros incoerentes realizados em alguns processos que foram registrados no período inicial de utilização do sistema, o que dificultava a recuperação precisa dos processos e demandava repetidas buscas no SRI e, em determinados casos, a realização de busca manual dos documentos no Arquivo físico.

Além disso, outro ponto que merece atenção diz respeito às limitações do próprio sistema utilizado no Arquivo. Ao longo das atividades desenvolvidas, identificou-se que o SRI não possuía campos de busca auxiliares que tornassem o processo de recuperação documental mais ágil, como tipologia documental e natureza processual. Ainda que usadas por servidores, estagiários e pesquisadores da área do direito como apoio na recuperação dos processos, tais elementos informacionais não foram pensados como pontos de acesso para compor a estrutura do sistema, o que limitava o potencial de refinamento da recuperação da informação.

Nesse cenário, o processo de indexação exercia, de certa forma, influência direta no funcionamento das atividades, principalmente ao levar em consideração a alta demanda de consultas aos processos, resultantes das necessidades informacionais dos procuradores, o que exigia agilidade tanto dos servidores quanto dos estagiários na localização dos processos solicitados. Em determinados casos, registros realizados com baixa uniformidade afetavam diretamente a consistência da informação, comprometendo a agilidade das buscas no sistema e, conseqüentemente, a localização dos processos no arquivo físico.

Embora tenham sido identificados desafios no decorrer da experiência, também foram observadas possibilidades de melhorias relacionadas ao processo de indexação no Arquivo PCTA-1. Entre essas oportunidades, destaca-se a possibilidade de adoção de critérios de padronização coerentes para o preenchimento dos campos que integravam o SRI, especialmente daqueles voltados aos descritores.

Tal prática pode contribuir para uma representação documental mais precisa e, conseqüentemente, minimizar as inconsistências informacionais, além de fortalecer a eficiência e a precisão da recuperação da informação. Da mesma forma, a adoção de ações voltadas para a padronização da representação documental pode proporcionar maior eficiência e precisão nas buscas realizadas no sistema, além de

contribuir para a redução de possíveis obstáculos relacionados à localização dos processos.

Um ponto relevante refere-se ao fortalecimento de medidas de cruzamento de informações entre documentos físicos e registros digitais, o que auxilia na redução de incoerências e na melhoria da qualidade das informações processuais inseridas no sistema. De modo semelhante, a utilização organizada de elementos complementares, como tipologia documental e natureza processual, pode aumentar as possibilidades de identificação e localização dos processos jurídicos, tornando as buscas mais precisas e contribuir para o acesso à informação em situações nas quais os descritores mais utilizados apresentam limitações.

Em complemento, a experiência analisada reforça a importância da indexação para o funcionamento das atividades desenvolvidas no Arquivo da PCTA-1 e para o atendimento das demandas da PGE-PA. Nesse sentido, o desenvolvimento, sempre que necessário, dos procedimentos de representação da informação pode contribuir tanto para a organização documental quanto para a otimização do acesso à informação jurídica pelos usuários internos.

Nesse sentido, os desafios e as oportunidades identificados ao longo da experiência vivenciada no Arquivo demonstram que o processo de indexação está relacionado à recuperação da informação no ambiente institucional analisado. Portanto, nota-se que a adoção de procedimentos voltados à padronização dos descritores, à organização adequada das informações registradas, além de melhorias na representação documental, pode contribuir para a otimização da indexação e para a eficiência da recuperação da informação no Arquivo PCTA-1.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa se propôs a analisar se e como o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1 pode contribuir para o aprimoramento das práticas de indexação e recuperação da informação no contexto institucional da PGE-PA. Com base na experiência vivenciada no Arquivo, foi possível analisar as práticas relacionadas à organização, representação e recuperação da informação e, com apoio do conhecimento adquirido ao longo da graduação, compreender a importância da indexação para as atividades desenvolvidas no Arquivo jurídico.

Nesse sentido, verificou-se que a qualidade da representação temática da informação está relacionada à eficiência e à precisão da recuperação documental, o que reforça a importância da adoção de critérios de padronização mais coerentes no processo de indexação. Diante disso, medidas como a revisão das informações registradas no SRI, o cruzamento de informações entre documentos físicos e registros digitais e a adoção de critérios mais coerentes na utilização dos descritores podem contribuir para a redução das inconsistências observadas ao longo da experiência vivenciada. Essa compreensão está relacionada aos resultados apresentados no decorrer da pesquisa, especialmente às dificuldades observadas na utilização dos descritores e na recuperação dos processos.

Nessa mesma perspectiva, a pesquisa possibilitou compreender que a relação entre a organização física do acervo e a representação digital da informação constitui um aspecto relevante para as práticas arquivísticas no ambiente analisado. A vivência no Arquivo permitiu também observar que a mudança do sistema alfabético para o sistema numérico de classificação contribuiu para a localização dos processos, especialmente quando relacionada à organização e à padronização das informações utilizadas no processo de indexação.

A experiência demonstrou ainda que a indexação, quando desenvolvida de forma padronizada e coerente, pode contribuir para o fortalecimento do acesso à informação jurídica e para o atendimento das demandas institucionais, favorecendo a organização documental no contexto analisado. Nesse sentido, o acesso à informação jurídica pode ir além das atividades desenvolvidas no Arquivo PCTA-1, relacionando-se também à transparência administrativa e à preservação da memória institucional.

A experiência também possibilitou compreender a integração entre Biblioteconomia e Arquivologia no tratamento da documentação jurídica, especialmente a partir do diálogo entre os conceitos e práticas de indexação e as atividades de organização e recuperação desenvolvidas no contexto arquivístico. Dessa forma, a vivência no Arquivo PCTA-1 permitiu compreender de maneira mais ampla as práticas de indexação da documentação jurídica e seus reflexos no ambiente institucional.

Em relação aos objetivos propostos, considera-se que foram contemplados ao longo da pesquisa. Quanto ao objetivo geral, buscou-se analisar se e como o processo de indexação da documentação jurídica no Arquivo PCTA-1 pode contribuir para o

aprimoramento das práticas de indexação e recuperação da informação no contexto institucional da PGE-PA. Em relação aos objetivos específicos, foi possível descrever o processo de indexação adotado no Arquivo PCTA-1, elencar os principais descritores utilizados no processo de indexação dos documentos e identificar os principais desafios enfrentados durante essa atividade. Os resultados apresentados ao longo da pesquisa permitiram, assim, relacionar esses elementos às práticas observadas durante a experiência de estágio. A descrição do processo, dos descritores e dos desafios está sistematizada, inclusive, no Quadro 4 do trabalho.

Quanto às limitações, ressalta-se que a pesquisa foi desenvolvida somente no Arquivo PCTA-1, em razão de esse ter sido o local no qual ocorreu a experiência de estágio, não abrangendo os demais Arquivos de setores vinculados à PGE-PA. Dessa forma, os resultados estão relacionados ao contexto específico analisado e não devem ser estendidos diretamente às demais unidades da instituição. Também é levado em consideração que a utilização da observação participante pode conferir maior subjetividade à interpretação da realidade observada, conforme já discutido na pesquisa.

Apesar dessas limitações, a experiência vivenciada contribuiu para uma compreensão mais ampla a respeito das práticas de indexação da documentação jurídica e, conseqüentemente, de seus reflexos no ambiente institucional. A análise realizada permitiu observar aspectos relacionados à padronização dos descritores, à coerência das informações inseridas no SRI e à relação entre representação e recuperação da informação, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do processo no contexto do Arquivo PCTA-1.

Em síntese, pretende-se que este estudo contribua para aprofundar as discussões a respeito da indexação e da recuperação da informação jurídica no contexto arquivístico, destacando a importância da padronização terminológica, da organização documental e de atualizações regulares nos SRI utilizados pelas instituições. Como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o escopo deste estudo para os demais Arquivos da instituição, possibilitando a análise de diferentes contextos de organização, indexação e recuperação da documentação jurídica. Também podem ser desenvolvidos estudos voltados ao aperfeiçoamento dos SRI e ao fortalecimento da padronização terminológica, conforme as questões identificadas no contexto analisado.

Por fim, a experiência vivenciada no Arquivo PCTA-1 permitiu compreender a importância de manter o espaço organizado e de assegurar condições adequadas para a recuperação da informação, considerando as necessidades informacionais do público-alvo da PGE-PA. Nesse contexto, a organização e o tratamento da documentação jurídica relacionam-se ao suporte das atividades desenvolvidas pela instituição, uma vez que o Arquivo constitui o espaço em que são organizados e recuperados os documentos necessários às demandas institucionais. A experiência permitiu, portanto, compreender a importância da organização do Arquivo e do tratamento da informação para o atendimento dessas demandas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Wendia Oliveira de. **A Justiça Federal da Paraíba (JFPB) e o uso do SRI Tebas**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. Disponível em: https://www.jfpb.jus.br/arquivos/biblioteca/trabalhos_academicos/TCC_WENDIA.pdf. Acesso em: 01 jun. 2026.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da informação como campo integrador para as áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173–189, jun./jul. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/33523>. Acesso em: 01 jun. 2026.
- BAGGIO, Claudia Carmem; FLORES, Daniel. Estratégias, critérios e políticas para preservação de documentos digitais em arquivos. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 41, n. 2/3, p. 58-71, maio/dez. 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/79577981/Estrat%C3%A9gias_crit%C3%A9rioSepol%C3%ADticasparapreserva%C3%A7%C3%A3odedocumentosdigitaisemarquivos. Acesso em: 01 jun. 2026.
- BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Reflexões sobre o ensino da documentação jurídica no Brasil: a experiência da disciplina no currículo do de biblioteconomia da UFPA. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 214-231, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/49089>. Acesso em: 01 jun. 2026.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. 8 v. 120 p.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2026.
- CÂNDIDO, Gilberto Gomes; BARROS, Thiago Henrique Bragato, REDIGOLO, Franciele Marquês. Indexação e descrição arquivística: relações históricoconceituais. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017. p. 162-169. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/items/1482cf061a7e-48d6-b7ffbde3a19af66f>. Acesso em: 01 jun. 2026.

DIAS, Eduardo José Wense, A documentação jurídica. **Revista da Faculdade de Direito**, Belo Horizonte, v. 28, n. 23-25, p. 232-241, maio/out., 1980-1982.

Disponível em:

https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/pt_BR/article/view/933. Acesso em: 01 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, Editora Atlas, 2008. 200 p. Disponível em:

https://www.academia.edu/38904068/%C3%A9todos_e_T%C3%A9cnicas_de_Pesquisa_Social. Acesso em: 02 jun. 2026.

GUIM, Vera Lucia Ribeiro; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. As linguagens de indexação e a análise de domínio. *In*: Guimarães, José Augusto Chaves; Dodebei, Vera. (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKOBrasil; FUNDEPE, 2015. v. 3, p. 125-134. Disponível em:

<https://isko.org.br/wpcontent/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2015.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2026.

JARDIM, José Maria. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2013, [Florianópolis]. **Anais [...]**. [Florianópolis]: UNIRIO, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/184815>. Acesso em: 02 jun. 2026.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. 182 p. Disponível em:

http://www.adm.ufrpe.br/sites/www4.deinfo.ufrpe.br/files/Fundamentos_de_Metodologia_Cienti%CC%81fica.pdf. Acesso em: 02 jun. 2026.

MIRANDA, Roseli; SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos. Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 299-316, set./dez. 2018. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/v/39884>. Acesso em: 02 jun. 2026.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/41655>. Acesso em: 02 jun. 2026.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

PARÁ. **Decreto nº 1.395, de 23 de março de 2021**. Dispõe sobre a homologação do Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado. Diário oficial do Estado do Pará, Belém, ano 130, n. 34.529, p. 4-25, 23 mar. 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_RsxiyMCq90t5-bXEodtCTw82wgbY2n/view. Acesso em: 06 jul. 2026.

PARÁ. **Lei Complementar nº 24, de 07 de julho de 1994**. Dispõe sobre a reorganização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA). Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, ano 103, n. 27.756, p. 2-3, 8 jul. 1994. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/arquivos/1994/1994.07.08.DOE.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2026.

PARÁ. **Lei Complementar nº 041, de 30 de agosto de 2002**. Dispõe sobre a definição da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA) como órgão responsável por defender os interesses do Estado do Pará. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, ano 111, n. 29.770, p. 3-5, 30 ago. 2002. Disponível em: <https://ioepa.com.br/arquivos/2002/2002.08.30.DOE.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2026.

PARÁ. **Lei nº 6.813, de 28 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre a estruturação do quadro permanente de pessoal de apoio da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA) e a criação de cargos em comissão no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, ano 114, n. 30.610, p. 1-5, 28 jan. 2006. Disponível em: <https://ioepa.com.br/arquivos/2006/2006.01.26.DOE.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2026.

PARÁ. Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA). **Histórico da Instituição**. Belém: Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA), 2026. Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/institucional/historico>. Acesso em: 02 jun. 2026.

PARÁ. Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA). **Procuradoria cível, trabalhista e administrativa (PCTA-1)**. Belém: Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA), 2026a. Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/procuradorias/pcta1>. Acesso em: 02 jun. 2026.

PARÁ. Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA). **Tabela de temporalidade da atividade jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Pará**. Belém: Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA), 2026b. Disponível em: <https://www.pge.pa.gov.br/publicacoes/gestao-documental/tabela-temporalidadejuridica>. Acesso em: 02 jun. 2026.

PARÁ. Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA). **Figura elaborada com base no sistema de recuperação da informação (SRI) da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA)**. Belém: Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGEPA), 2026c.

PARÁ. Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA). **Figura da capa do processo judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA)**. Belém: Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA), 2017.

PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do senado federal. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/19417>. Acesso em: 02 jun. 2026.

SILVA, Giseani Bezerra da; CORREA, Renato Fernandes; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A indexação da informação jurídica: mapeamento sistemático na área de Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, e210992, 2024. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/210992. Acesso em: 02 jun. 2026.

SILVA, Maria dos Remédios da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago., 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/115657>. Acesso em: 02 jun. 2026.

SOUSA, Brisa Pozzi de; Fujita, Mariângela Spotti Lopes. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v. 24, n.1, p. 19-34, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/92987>. Acesso em: 02 jun. 2026.

SOUZA, Simone Torres de. **A caracterização do documento jurídico para a organização da informação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/da6148e9-1a74-42d9-948d-2d158dfa6af2>. Acesso em: 02 jun. 2026.